



Fonte: Sergio V. S. Rangel/Shutterstock.com

## Notícias

# Rearp Atualização: Receita Federal disponibiliza declaração com data-limite até 19 de fevereiro

Publicado em 07/01/2026 às 14:28  16

Tempo de leitura: 2 minutos

in



**Compartilhar matéria**

A Receita Federal liberou, na última sexta-feira (02/01), o envio da Declaração de Opção pelo Regime Especial de Atualização Patrimonial (Deap), que contempla o novo regime especial que permite a atualização patrimonial de bens móveis e imóveis com incidência reduzida de tributos. A medida, estabelecida pela Lei nº 15.265/2025, e regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.302/2025 (noticiamos **AQUI**), visa estimular a regularização do valor de mercado de ativos detidos por pessoas físicas e jurídicas até 31 de dezembro de 2024.

A adesão ao regime é facultativa e deve ser feita mediante entrega da Deap até 19 de fevereiro de 2026. Para que a opção tenha efeitos, é necessário pagar o imposto devido, ou, no caso de parcelamento, a primeira quota, até 27 de fevereiro de 2026.

 **Clique aqui e entre no nosso canal de notícias do Whatsapp**

No caso das pessoas físicas, a diferença entre o valor atualizado e o custo de aquisição dos bens será tributada com alíquota definitiva de 4% de Imposto de Renda (IRPF). Para pessoas jurídicas, o acréscimo de valor será tributado em 4,8% de IRPJ e 3,2% de CSLL.

A Receita também regulamenta a possibilidade de migração de bens imóveis já atualizados pela Dabim (Declaração de Atualização de Bens Imóveis), prevista na Lei nº 14.973/2024. Nessa hipótese, será necessário apenas realizar a migração formal dentro do prazo legal, por meio da Deap.

Para acessar o regime, o contribuinte deve identificar os bens a atualizar ou migrar utilizando aplicativos específicos disponíveis no portal da Receita. Esses aplicativos geram demonstrativos que deverão ser anexados à Deap, transmitida via e-CAC, com autenticação por conta gov.br com selo ouro ou prata.

O pagamento dos tributos poderá ser feito em até 36 parcelas mensais, desde que cada quota não seja inferior a R\$ 1.000. O sistema calculará automaticamente os valores e emitirá os DARFs, que poderão ser pagos com código de barras ou via PIX.

O regime especial pode representar uma oportunidade para regularização patrimonial a um custo fiscal reduzido, desde que observadas todas as exigências legais. Para maiores informações acesse o Manual do Deap.

**CLIQUE AQUI** e faça o download do Manual da Deap

Fonte: Rota da Jurisprudência – APET

Tags: [imposto](#) [bens imóveis](#) [regularização](#) [atualização patrimonial](#) [bens móveis](#)  
[Dabim](#) [declaração](#) [Deap](#) [alíquota reduzida](#) [parcelamento](#) [IRPF](#) [Receita Federal](#)  
[CSLL](#) [IRPJ](#)

# CURSOS DA APET



**Fusões e Aquisições:  
Aspectos Tributários,  
Societários e Contábeis  
– 22/04/2026**



**Curso De Especialização  
– Reforma Tributária: IBS  
e CBS na Constituição e  
na Lei Complementar –  
03/03/2026**



**Curso de Especialização  
em Imposto de Renda  
das Empresas (CSLL e  
Normas de  
Contabilidade – IFRS) –  
Turma – 14 – 10/03/2026**



**Curso de Extensão: IRPF  
na Prática – Como  
declarar o Imposto de  
Renda Pessoa Física –  
13/04/2026**

## Notícias Relacionadas

Notícias

👁 114

**Publicado o Decreto nº  
12.808/2025, que  
regulamenta a Lei  
Complementar nº  
224/2025**

30 de dezembro de 2025

Notícias

👁 85

**CNC contesta no STF  
dispositivo que  
condiciona isenção do IR  
à aprovação de lucros  
até 2025**

19 de dezembro de 2025

Notícias

👁 315

**Receita Federal publica  
cartilha com perguntas e  
respostas sobre  
tributação das altas  
rendas**

17 de dezembro de 2025

## Navegação

### Decisões

#### Judiciais

STF

STJ

### Decisões

#### Administrativas

CARF

Receita

Federal

TIT-SP

## Outras seções

Coluna do Rota

Comentário

Editorial

Reforma

Tributária

Rota da

Contabilidade

## Institucional

Quem Somos

Princípios

Editoriais

Política de

Privacidade

Termos e

Condições de

Uso

## Contato

rota@apet.org.br

(11) 3105-6191

